

ENCONTRO DE COMUNICAÇÃO – Construindo a Imagem
Institucional

CNJ, TJBA, UNICORP e FGV DIREITO RIO

Preâmbulo

Os assessores de comunicação social do Poder Judiciário brasileiro, reunidos nos dias 26 e 27 de maio de 2011 no Encontro de Comunicação – Construindo a Imagem Institucional promovido pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas e a Universidade Corporativa TJBA - UNICORP, visando o aperfeiçoamento contínuo e progressivo da comunicação social do Poder Judiciário, apresentam, com fundamento nos princípios da democracia e do amplo acesso à informação, a seguinte Carta de Salvador, com o objetivo de evidenciar as diretrizes institucionais do Judiciário brasileiro, que estão ancoradas nos valores da pedagogia comunicacional, transparência, respeito à pluralidade em todos os níveis e valorização da informação isenta.

Considerando a necessidade de um planejamento estratégico específico para a comunicação no Poder Judiciário, recomendam

- Definição de dotação orçamentária que atenda aos serviços básicos e que seja suficiente para a constituição de equipe com qualitativo e quantitativo necessários para as assessorias de comunicação;

- O reconhecimento e disponibilização das ferramentas básicas de trabalho de uma assessoria de comunicação, dentre elas: clipping televisivo, impresso, de rádio e *sites*; campanhas institucionais; mídia training; mailing qualificado; equipe de produção de conteúdo; fotografia e cinegrafia; banco de imagens (arquivos); serviços gráficos.
- A transmissão *on line das sessões plenárias* e a disseminação, pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, das práticas dos tribunais que já adotam esse sistema;
- A definição de uma política nacional de comunicação da Justiça Brasileira realizada pelo CNJ, em linhas gerais, permitindo que cada Tribunal possa aplicá-la, ressalvadas as respectivas particularidades, sempre com o intuito de definir a missão, princípios e valores comunicacionais;
- Planejamento plurianual das políticas e ações das assessorias de comunicação, com o estabelecimento de objetivos comunicacionais estratégicos compatíveis almejados pelo Poder Judiciário;
- Participação das assessorias no desenvolvimento da gestão do Poder Judiciário, com foco no planejamento estratégico da comunicação;
- Articulação e interação dos setores de comunicação com as demais áreas dos Tribunais;

Considerando que o aprimoramento da comunicação com o público externo é um dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, recomendam

- Promoção de ações (seminários, visitas guiadas, oficinas etc.) de forma continuada, destinadas a comunicadores e graduandos em comunicação social com objetivo de capacitá-los para o entendimento da linguagem jurídica e o conhecimento do Poder Judiciário e dos Órgãos Auxiliares da Justiça;
- Facilitação do acesso das assessorias de comunicações ao inteiro teor das decisões judiciais à luz do princípio da publicidade;
- Desenvolvimento das novas tecnologias e mídias voltadas aos públicos interno e externo, ampliando o acesso às informações do Poder Judiciário.

Considerando a necessidade da disseminação de informações corretas sobre assuntos que sejam do interesse dos Tribunais e dos diferentes seguimentos sociais que envolvam o Poder Judiciário, recomendam

- Criação de espaço específico no portal do CNJ destinado às assessorias de comunicação, para uma melhor divulgação de suas ações;
- A seleção de servidores parceiros nas comarcas distantes da capital com o objetivo de colaborar com a assessoria de comunicação, informando os fatos relevantes ocorridos nas suas respectivas comarcas;
- Capacitação e sensibilização dos servidores quanto aos assuntos relacionados à comunicação social;

- Divulgação pelo CNJ das práticas inovadoras, sempre com a indicação do tribunal onde elas se originaram, com a finalidade de facilitar e otimizar o compartilhamento direto das experiências.

Considerando a necessidade de integração entre magistrados e assessoria de comunicação para conscientização da sociedade sobre a missão exercida pela magistratura, recomendam

- Promoção e desenvolvimento de ações para sensibilização dos magistrados nos assuntos atinentes à comunicação;
- Implantação e aprimoramento da comunicação interna para integrar os servidores no processo de construção da imagem institucional.

Salvador, 27 de maio de 2011.